



**PARECER JURÍDICO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16673/2025**

**INTERESSADO:** Gabinete do Prefeito Municipal

**ASSUNTO:** CONSULTA FORMAL AO TCE-RJ SOBRE POSSIBILIDADE DE MUDANÇA DO REGIME JURÍDICO CELETISTA PARA O ESTATUTÁRIO À LUZ DA DECISÃO DO STF NA ADI 2135

**EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. CONSULTA FORMAL AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS. POSSIBILIDADE DE MUDANÇA DO REGIME CELETISTA PARA O ESTATUTÁRIO. DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DE MÉRITO DA ADI 2135. ANÁLISE DOS REQUISITOS FORMAIS E MATERIAIS. RELEVÂNCIA JURÍDICA E ADMINISTRATIVA DA MATÉRIA. PARECER PELA FORMALIZAÇÃO DA CONSULTA.**

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de solicitação formulada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Bom Jesus do Itabapoana, Paulo Sérgio Travassos do Carmo Cyrillo, para análise e manifestação desta Procuradoria Geral do Município acerca da viabilidade jurídica de formalização de consulta ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro sobre a possibilidade de mudança do regime jurídico celetista para o estatutário no âmbito municipal, à luz da recente decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento de mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2135.

A solicitação vem acompanhada de minuta da consulta formal e documentação referente ao julgamento da ADI 2135 pelo Supremo Tribunal Federal, ocorrido em 06 de novembro de 2024.

É o breve relatório. Passa-se à análise jurídica.



## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

### **1. Da competência da Procuradoria Geral do Município**

Preliminarmente, cumpre destacar que compete à Procuradoria Geral do Município, nos termos da Lei Municipal nº 1865/2025, a representação judicial e extrajudicial do Município, bem como o exercício das funções de consultoria jurídica do Poder Executivo Municipal.

No exercício dessa função consultiva, cabe a esta Procuradoria analisar a viabilidade jurídica da formalização de consulta ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, verificando o atendimento aos requisitos formais e materiais estabelecidos na legislação pertinente.

### **2. Dos requisitos para formalização de consulta ao TCE-RJ**

A Lei Complementar Estadual nº 63/1990 (Lei Orgânica do TCE-RJ) estabelece, em seu artigo 3º, inciso VII, a competência do Tribunal de Contas para "decidir sobre consulta que lhe seja formulada pelos titulares dos Três Poderes, ou por outras autoridades, na forma estabelecida no Regimento Interno, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria de sua competência, sendo que a resposta à consulta tem caráter normativo e constitui prejudgamento de tese, mas não do fato ou caso concreto".

A Deliberação TCE-RJ nº 276/2017, por sua vez, disciplina especificamente a formulação de consultas em meio eletrônico perante o Tribunal de Contas, estabelecendo requisitos formais e materiais para sua admissibilidade.

Analizando a minuta da consulta elaborada pelo Gabinete do Prefeito, verifica-se que estão presentes os seguintes requisitos:



- a) Legitimidade ativa: O consulente é o Prefeito Municipal, autoridade competente para formular consulta ao TCE-RJ;
- b) Matéria em tese: A consulta versa sobre matéria em tese, sem referência a caso concreto específico, tratando de interpretação de normas jurídicas e entendimentos jurisprudenciais aplicáveis a todos os entes municipais;
- c) Indicação precisa da dúvida: A consulta contém indicação precisa da dúvida suscitada, com delimitação clara do objeto;
- d) Pertinência temática: A matéria objeto da consulta está relacionada à competência do Tribunal de Contas, envolvendo questões de administração de pessoal e gestão fiscal responsável.

### **3. Da relevância jurídica e administrativa da matéria**

A matéria objeto da consulta - possibilidade de mudança do regime jurídico celetista para o estatutário no âmbito municipal, à luz da recente decisão do STF na ADI 2135 - reveste-se de inegável relevância jurídica e administrativa, pelos seguintes fundamentos:

- a) Impacto na gestão de pessoal: A definição do regime jurídico dos servidores municipais impacta diretamente a organização administrativa do Município, a gestão de recursos humanos e a prestação de serviços públicos à população;
- b) Repercussão orçamentária e financeira: A eventual mudança de regime jurídico dos servidores municipais possui reflexos significativos nas finanças públicas municipais, com potencial impacto nas despesas com pessoal e nos regimes previdenciários;
- c) Segurança jurídica: A obtenção de pronunciamento formal do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro sobre a matéria contribuirá para a segurança jurídica na tomada de decisão pelo gestor municipal, minimizando riscos de questionamentos futuros;
- d) Interesse público: A definição clara sobre a possibilidade e os requisitos para mudança de regime jurídico dos servidores municipais atende ao interesse público, na medida em que permite ao gestor adotar o modelo mais adequado à



realidade local, com observância dos princípios constitucionais da eficiência, economicidade e legalidade;

- e) Atualidade da matéria: A recente decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento de mérito da ADI nº 2135, ocorrido em 06/11/2024, trouxe novo entendimento sobre a matéria, justificando a necessidade de orientação específica do Tribunal de Contas.

#### **4. Da análise da decisão do STF na ADI 2135 e seus impactos para o regime jurídico municipal**

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o mérito da ADI 2135 em 06/11/2024, decidiu pela constitucionalidade da alteração promovida pela Emenda Constitucional nº 19/1998 no art. 39, caput, da Constituição Federal, que excluiu a exigência de regime jurídico único para os servidores públicos.

Conforme consta expressamente dos fundamentos da decisão, "a partir da data do julgamento, os entes públicos poderão editar leis para prever a admissão de servidores pelos dois regimes, estatutário e celetista".

A decisão possui efeitos ex nunc (para o futuro), sem impactar situações passadas, para resguardar a segurança jurídica e o relevante interesse social dos servidores públicos.

Diante desse novo cenário jurídico, surgem dúvidas legítimas sobre a possibilidade de os Municípios promoverem a migração do regime celetista para o estatutário, bem como sobre os procedimentos e cautelas necessários para essa transição, justificando plenamente a formalização de consulta ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

### **III. CONCLUSÃO**

Ante o exposto, esta Procuradoria Geral do Município manifesta-se **FAVORAVELMENTE** à formalização da consulta ao Tribunal de Contas do Estado



do Rio de Janeiro sobre possibilidade de mudança do regime jurídico celetista para o estatutário no âmbito municipal, à luz da recente decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento demérito da ADI 2135, por entender que:

- a) Estão presentes todos os requisitos formais e materiais estabelecidos na Lei Complementar Estadual nº 63/1990 e na Deliberação TCE-RJ nº 276/2017;
- b) A matéria objeto da consulta reveste-se de relevância jurídica e administrativa, com potencial impacto na gestão de pessoal, nas finanças públicas e na prestação de serviços públicos;
- c) A obtenção de pronunciamento formal do Tribunal de Contas contribuirá para a segurança jurídica na tomada de decisão pelo gestor municipal.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Bom Jesus do Itabapoana/RJ, 16 de setembro de 2025.

**THIAGO MOTA GONÇALVES**  
Procurador Geral do Município  
Portaria nº. 267/25